

Vidroporto S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700, Fax +55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Diretoria da
Vidroporto S.A.
Porto Ferreira - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vidroporto S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Vidroporto S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Carlos, 29 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3

Giacomo Walter Luiz de Paula
Contador CRC SP-243045/O-0

Vidroporto S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	8	34.009.578	18.993.798	Fornecedores	14	17.104.290	16.978.526
Contas a receber de clientes	9	81.948.944	67.232.655	Empréstimos e financiamentos	15	29.612.667	45.881.387
Estoques	10	31.135.124	45.341.943	Debêntures a pagar	16	13.384.066	32.268.271
Impostos a recuperar		2.717.756	2.566.743	Instrumentos financeiros derivativos	23	4.208.334	1.190.508
Imposto de renda e contribuição social	11	50.643	1.750.068	Salários, férias e encargos a pagar		3.814.726	3.741.387
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	5.879.044	Impostos e contribuições sociais a recolher		14.272.404	8.077.551
Despesas antecipadas		799.688	113.077	Dividendos e juros sobre capital próprio		4.542.851	2.016.715
Outros créditos		2.483.480	2.653.294	Outras contas a pagar		447.222	232.922
Total do ativo circulante		153.145.213	144.530.622	Total do passivo circulante		87.386.560	110.387.267
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	3.796.014	Empréstimos e financiamentos	15	12.007.121	20.826.453
Impostos a recuperar		2.028.801	5.817.851	Debêntures a pagar	16	101.698.076	108.285.469
Outros créditos		325.338	269.993	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	15.639.137	10.126.969
Total do realizável a longo prazo		2.354.139	9.883.858	Instrumentos financeiros derivativos	23	1.081.845	-
Outros investimentos		203.209	203.209	Provisão para contingências	22	1.402.361	-
Imobilizado	12	211.396.356	220.031.774	Total do passivo não circulante		131.828.540	139.238.891
Intangível		73.867	75.834	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		214.027.571	230.194.675	Capital social	17	95.519.401	95.519.401
Total do ativo		367.172.784	374.725.297	Ágio sobre a emissão de novas ações		2.238.505	2.238.505
				Reserva legal		5.527.949	4.157.879
				Reserva de retenção de lucros		44.671.829	23.183.354
				Total do patrimônio líquido		147.957.684	125.099.139
				Total do passivo		219.215.100	249.626.158
				Total do passivo e patrimônio líquido		367.172.784	374.725.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vidroporto S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	18	264.611.775	191.156.307
Custos dos produtos vendidos	19	<u>(180.952.191)</u>	<u>(126.417.989)</u>
Lucro bruto		<u>83.659.584</u>	<u>64.738.318</u>
Outras receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	20	(8.768.777)	(7.807.443)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		<u>(255.599)</u>	<u>75.316</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>74.635.208</u>	<u>57.006.191</u>
Receitas financeiras	21	5.290.980	11.052.740
Despesas financeiras	21	<u>(43.416.653)</u>	<u>(52.557.191)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>36.509.535</u>	<u>15.501.740</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(3.595.971)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<u>(5.512.168)</u>	<u>(4.887.448)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>27.401.396</u></u>	<u><u>10.614.292</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vidroporto S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
Resultado do exercício	27.401.396	10.614.292
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>27.401.396</u></u>	<u><u>10.614.292</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vidroporto S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

			<u>Reservas de lucros</u>				
	Nota	Capital social	Ágio sobre a emissão de novas ações	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014		88.340.459	2.238.505	3.627.164	22.295.434	-	116.501.562
Aumento de capital com reservas	17	7.178.942	-	-	(7.178.942)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.614.292	10.614.292
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	17	-	-	530.715	-	(530.715)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	(2.016.715)	(2.016.715)
Reserva de retenção de lucros	17	-	-	-	8.066.862	(8.066.862)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>95.519.401</u>	<u>2.238.505</u>	<u>4.157.879</u>	<u>23.183.354</u>	<u>-</u>	<u>125.099.139</u>
Retenção de dividendos não distribuídos conforme AGO datada de 26 de abril de 2016					780.488		780.488
Lucro líquido do exercício						27.401.396	27.401.396
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	17			1.370.070		(1.370.070)	-
Juros sobre capital próprio	17					(780.488)	(780.488)
Dividendos mínimos obrigatórios	17					(4.542.851)	(4.542.851)
Reserva de retenção de lucros	17				20.707.987	(20.707.987)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>95.519.401</u>	<u>2.238.505</u>	<u>5.527.949</u>	<u>44.671.829</u>	<u>-</u>	<u>147.957.684</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vidroporto S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		27.401.396	10.614.292
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização		11.836.568	11.980.415
Imposto de renda e contribuição social correntes		3.595.971	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.512.168	4.887.448
Resultado na venda de ativo imobilizado		723.999	35.295
Complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	65.439
Constituição de provisão para contingências		1.402.361	-
Ajuste a valor presente do contas a receber		772.419	1.181.248
Ajuste a valor presente de fornecedores		169.167	(169.167)
Realização do custo de transação		927.257	803.206
Instrumentos financeiros derivativos		13.774.729	(8.484.550)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		23.809.558	37.932.015
(Aumento) em contas a receber de clientes		(15.488.708)	(24.209.581)
(Aumento) em estoques		14.206.819	(16.910.408)
(Aumento) redução em impostos a recuperar		3.638.037	4.821.342
(Aumento) redução em despesas antecipadas		(686.611)	(31.613)
(Aumento) redução em outros créditos		114.469	(226.381)
Aumento (redução) em fornecedores		(515.020)	(2.989.036)
Aumento em salários, férias e encargos a pagar		73.339	1.317.385
Aumento em impostos e contribuições sociais a recolher		6.194.853	2.268.711
(Redução) em outras contas a pagar		214.300	(458.487)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(44.067.588)	(23.167.026)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.301.940)	-
Fluxo de caixa líquido decorrente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>50.307.543</u>	<u>(739.453)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	24.b	(3.278.200)	(19.688.917)
Aquisição de intangível		(4.198)	(71.658)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(3.282.398)</u>	<u>(19.760.575)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados		34.309.115	60.397.045
Custos de transação relacionado a empréstimos e financiamentos		(1.233.726)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(780.488)	(1.127.236)
Pagamentos de empréstimos		(64.304.266)	(39.568.207)
Fluxo de caixa (aplicado nas) decorrente das atividades de financiamentos		<u>(32.009.365)</u>	<u>19.701.602</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>15.015.780</u>	<u>(798.426)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		18.993.798	19.792.224
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>34.009.578</u>	<u>18.993.798</u>
		<u>15.015.780</u>	<u>(798.426)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Vidroporto S.A. (“Companhia”) é uma entidade domiciliada no Brasil. O endereço da Companhia é na Rodovia Anhanguera, km 226,8, localizada, na cidade de Porto Ferreira, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social, a produção, industrialização, comércio, importação e exportação de embalagens de vidro em todas as suas modalidades, bem como matérias primas e componentes para essas finalidades e a prestação de serviços e assistência técnica no campo de tais atividades, podendo ainda participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2017. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 9** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 11** - Mensuração do imposto de renda e da contribuição social; e
- **Nota explicativa nº 22** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

(a) Receita operacional	13
(b) Receitas financeiras e despesas financeiras	13
(c) Moeda estrangeira	14
(d) Benefícios a empregados	14
(e) Imposto de renda e contribuição social	14
(f) Imobilizado	15
(g) Intangível	16
(h) Instrumentos financeiros	16
(i) Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>)	18
(j) Estoques	19
(k) Provisões	19
(l) Mensuração do valor justo	19

a. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de juros de ajuste a valor presente das contas a receber, reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) **Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Idade (anos)	Taxa (%)
Edificações	6 a 59	1,69 a 16,67
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 29	3,45 a 16,67
Móveis e utensílios	6 a 14	7,14 a 16,67
Veículos	6 a 14	7,14 a 16,67

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativo intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando A Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos

a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

(v) Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido compondo seu capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta

UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

l. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo da adoção da IFRS 15.

(i) **Transição**

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando suas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia irá realizar uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2016 no âmbito da IAS 39.

(i) **Classificação - Ativos Financeiros**

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2016, teriam um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais mensurados ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2016. Na classificação como VJORA, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam registrados em outros resultados abrangentes, não haveria perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas no resultado e nenhum ganho ou perda seria reclassificado para o resultado na alienação. Na classificação como VJR, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam reconhecidos no resultado à medida em que surjam, aumentando a volatilidade nos resultados da Companhia.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9. A Companhia não concluiu a avaliação preliminar de perda por redução ao valor recuperável da IFRS 9 em 31 de dezembro de 2016 e não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da IFRS 9.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A Companhia não avaliou preliminarmente qualquer impacto material se as exigências da IFRS 9 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31 de dezembro de 2016.

(iv) Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Empresa incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Empresa planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1 de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	9.201	2.080
Saldo bancário	9.478.037	18.765.770
Aplicação financeira de curto prazo	24.522.340	225.948
Caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa	34.009.578	18.993.798

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, aplicadas em bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito. Esta política é adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 23.

9 Contas a receber de clientes

	2016	2015
Contas a receber - no país	84.922.706	69.433.998
Menos:		
Ajuste a valor presente - AVP	(1.953.667)	(1.181.248)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.020.095)	(1.020.095)
Total	81.948.944	67.232.655

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na nota explicativa nº 23.

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	2016	2015
Créditos a vencer	83.230.121	67.834.655
Créditos em atraso de 01 a 30 dias	359.571	186.727
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	3.185	34.600
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	58	493
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	62.588	62.203
Créditos em atraso acima de 181 dias	1.267.183	1.315.321
Total	84.922.706	69.433.998

10 Estoques

	2016	2015
Produtos acabados	19.621.133	30.009.358
Matérias-primas	5.141.103	8.543.272
Combustíveis	164.122	126.245
Material de embalagem	290.503	258.112
Materiais de manutenção	3.478.449	4.157.638
Materiais auxiliares	1444.769	1.332.824
Outros materiais - insumos	995.044	914.494
	<u>31.135.124</u>	<u>45.341.943</u>
Total	<u>31.135.124</u>	<u>45.341.943</u>

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas.

	2016	2015
Ativo circulante		
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	50.643	1.750.068
Ativo de impostos diferidos		
Instrumentos financeiros derivativos - NDF's	1.334.410	404.773
Provisão para contingências	110.142	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.358.197	3.951.404
Ajuste a valor presente do contas a receber	664.247	401.624
	4.466.996	4.757.801
Passivo de impostos diferidos		
Instrumentos financeiros derivativos - NDF's	-	(2.645.628)
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	464.251	(643.892)
Ajuste a valor presente de fornecedores	-	(57.517)
Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(20.570.384)	(11.537.733)
	(20.106.133)	(14.884.770)
Passivo de impostos diferidos	<u>(20.106.133)</u>	<u>(14.884.770)</u>
Saldo Líquido	<u>(15.639.137)</u>	<u>(10.126.969)</u>

Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Reconhecidos no resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Instrumentos financeiros derivativos - <i>NDF's</i>	404.773	929.637	1.334.410
Provisão para contingências	-	110.142	110.142
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.951.404	(1.593.207)	2.358.197
Ajuste a valor presente do contas a receber	401.624	262.623	664.247
Instrumentos financeiros derivativos - <i>NDF's</i>	(2.645.628)	2.645.628	-
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Swap</i>	(643.892)	1.108.143	464.251
Ajuste a valor presente de fornecedores	(57.517)	57.517	-
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(11.537.733)	(9.032.651)	(20.570.384)
Impostos diferidos (líquido)	<u>(10.126.969)</u>	<u>(5.512.168)</u>	<u>(15.639.137)</u>
Efeito no resultado		<u>(5.512.168)</u>	<u>-</u>

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2016	2015
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	36.509.535	15.501.740
(-) Deduções de juros sobre capital próprio	(780.488)	-
	<u>35.729.047</u>	<u>15.501.740</u>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	12.147.876	5.270.592
Exclusões / Adições permanentes:	<u>(3.039.737)</u>	<u>(383.144)</u>
	<u>9.108.139</u>	<u>4.887.448</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(3.595.971)	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(5.512.168)</u>	<u>(4.887.448)</u>
<i>Alíquota efetiva</i>	25%	32%

12 Imobilizado

Custo	Terrenos e Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	28.886.334	201.516.062	450.168	1.678.184	10.045.225	242.575.973
Adições	-	4.157.643	10.711	74.390	17.801.735	22.044.479
Alienações	-	(4.200)	-	(6.870)	(33.953)	(45.023)
Transferências	2.847.055	23.160.464	-	-	(26.007.519)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	31.733.389	228.829.969	460.879	1.745.704	1.805.488	264.575.429
Adições	-	438.944	-	22.869	3.457.171	3.918.984
Alienações	-	(740.138)	(4.497)	-	-	(744.635)
Transferências	3.094.064	1.034.613	5.189	96.950	(4.230.816)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	34.827.453	229.563.388	461.571	1.865.523	1.031.843	267.749.778
Depreciação:						
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(1.772.326)	(29.959.952)	(215.685)	(723.689)	-	(32.671.652)
Depreciação no exercício	(21.171)	(11.767.210)	27.771	(121.121)	-	(11.881.731)
Alienações	-	2.858	-	6.870	-	9.728
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.793.497)	(41.724.304)	(187.914)	(837.940)	-	(44.543.655)
Depreciação no exercício	(490.435)	(11.179.345)	(20.949)	(139.675)	-	(11.830.403)
Alienações	-	18.387	2.249	-	-	20.635
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.283.932)	(52.885.262)	(206.614)	(977.615)	-	(56.353.423)
Valor líquido contábil:						
Em 31 de dezembro de 2015	29.939.892	187.105.665	272.965	907.764	1.805.488	220.031.774
Em 31 de dezembro de 2016	32.543.521	176.678.126	254.957	887.908	1.031.843	211.396.356

13 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados, que inclui honorários da diretoria e premiação por alcance de metas, foi de R\$ 482.028 (R\$ 670.194 em 2016).

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, farmácia, educação, entre outros.

Os montantes referentes a benefícios a empregados registrados em despesas administrativas e custo do produto vendido no resultado estão apresentados abaixo:

	2016	2015
Alimentação do trabalhador	3.582.210	3.108.428
Participação nos lucros	218.300	-
Assistência médica	1.772.085	1.524.159
Seguro de vida em grupo	136.879	67.525
	<u>5.709.474</u>	<u>4.700.112</u>

14 Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores mercado interno	16.057.129	14.594.709
Fornecedores mercado externo	1.047.161	2.552.984
Ajuste a valor presente - AVP	-	(169.167)
Total	<u>17.104.290</u>	<u>16.978.526</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 23.

15 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 23.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Vidroporto S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016

Bancos/contratos	Número do Contrato	Data vencimento	Modalidade	Taxas		Adições			Amortizações		Prazos		
				Base	Spread ao Ano	Saldo em 31/12/2015	Valor Liberado no exercício	Juros e variação cambial provisionados	Principal	Juros	Saldo em 31/12/2016	Curto Prazo	Longo Prazo
Banco Bradesco	7278409	06/02/2017	Capital de Giro	CDI - POS	3,78%	1.264.517	-	115.197	1.067.418	128.740	183.556	183.556	-
Banco Bradesco	7278469	06/02/2017	Capital de Giro	CDI - POS	3,78%	1.686.023	-	153.938	1.423.224	171.654	245.083	245.083	-
Banco Bradesco	7584385	10/06/2017	Capital de Giro	CDI - POS	3,91%	409.579	-	44.727	270.258	47.654	136.394	136.394	-
Banco do Brasil	337002871	10/08/2016	Capital de Giro	CDI - POS	125% CDI	1.516.218	-	75.499	1.500.000	91.717	-	-	-
Banco do Brasil	337003344	25/08/2016	Capital de Giro	CDI - POS	134,60%	2.507.374	-	157.432	2.500.000	164.806	-	-	-
Banco Votorantim	206060	05/01/2017	Capital de Giro	CDI - POS	4,91%	1.483.505	-	139.844	1.356.454	149.576	117.319	117.319	-
Banco Itau			Cta. Garantida	-	-	-	1.600.000	-	1.600.000	41.220	-	-	-
Banco Itau	1906077019	11/04/2018	4131	CDI - POS	3,66%	10.614.358	-	(1.983.774)	3.028.236	857.153	4.745.195	3.090.339	1.654.856
Banco Itau	1922877012	17/05/2017	4131	CDI - POS	3,66%	16.273.739	-	(1.550.698)	8.263.669	2.573.397	3.885.975	3.885.975	-
Banco Itau	1995877014	09/01/2018	4131	CDI - POS	9,38%	-	5.359.374	715.887	1.339.844	349.487	4.385.930	3.338.676	1.047.254
Banco Itau	2030577015	11/05/2018	4131	CDI - POS	6,42%	-	1.604.475	116.722	401.119	105.776	1.214.302	852.024	362.278
Banco Itau	2030977017	11/05/2018	4131	CDI - POS	6,42%	-	4.588.320	346.006	1.147.080	313.635	3.473.611	2.422.333	1.051.278
Banco Citi	272611	23/10/2016	Capital de Giro	CDI - POS	3,66%	2.688.844	-	189.503	2.600.000	278.347	-	-	-
Banco Citi	312673	26/02/2017	Capital de Giro	CDI - POS	4,16%	922.298	-	113.877	552.063	115.239	368.873	368.873	-
Banco Citi	41708	29/01/2016	Capital de Giro	CDI - POS	3,66%	7.958.234	-	(1.365.647)	5.834.000	758.587	-	-	-
Banco Citi	43592	17/10/2017	Capital de Giro	CDI - POS	5,66%	12.172.759	-	2.071.756	5.850.000	3.232.103	5.162.412	5.162.412	-
Banco Santander	270696915	25/07/2016	Capital de Giro	CDI - POS	4,78%	4.661.099	-	251.432	4.500.000	412.531	-	-	-
Banco Santander	10500	24/07/2017	Capital de Giro	PRE	20,27%	-	10.156.946	1.418.924	5.217.141	1.401.054	4.957.675	4.957.675	-
Banco ABC	4086616	10/04/2019	Capital de Giro	CDI - POS	5,54%	-	7.000.000	894.014	291.667	858.967	6.743.379	2.368.379	4.375.000
Banco Safra	1056280	12/11/2018	Capital de Giro	CDI - POS	4,28%	-	4.000.000	76.465	160.070	59.311	3.857.084	2.023.751	1.833.333
Itau-Semco	65680052	15/08/2021	Finame		6,04%	67.991	-	3.694	10.227	4.034	57.424	12.424	45.000
Itau -Maq	65690052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	21.757	-	1.183	3.274	1.291	18.375	3.975	14.400
Itau-Korper	59720052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	416.289	-	22.618	62.618	24.702	351.587	76.067	275.520
Itau-Gardner	59730052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	664.598	-	36.109	99.969	39.436	561.302	121.439	439.863
Itau-Arxov	77950092	15/09/2021	Finame	PRE	6,04%	197.474	-	10.937	26.859	10.994	170.558	36.261	134.297
Itau-Somov	77940052	15/09/2021	Finame	PRE	6,04%	537.774	-	29.786	73.145	29.940	464.475	98.748	365.727
Itau-Weg	65670052	31/08/2021	Finame	PRE	6,04%	241.458	-	13.118	36.320	14.328	203.928	44.120	159.808
Itau-KSB	59740052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	62.941	-	3.420	9.468	3.735	53.158	11.501	41.657
Itau-Boldrocchi	77940052	30/0/2021	Finame	PRE	6,04%	175.921	-	9.774	23.932	9.796	151.967	32.308	119.659
Itau-Saturno	77910052	15/10/2021	Finame	PRE	6,04%	126.645	-	7.031	15.163	8.287	110.226	23.035	87.191
Finame Bradesco	858126	16/11/2016	Finame	PRE	2,43%	36.445	-	405	36.398	452	-	-	-
Total geral						66.707.840	34.309.115	2.160.399	49.299.616	12.257.949	41.619.788	29.612.667	12.007.121
Circulante						45.881.387					29.612.667		
Não circulante						20.826.453					12.007.121		

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm os seguintes cronogramas de vencimento:

Ano de vencimento:	2016	2015
2016	-	45.881.387
2017	29.612.667	17.110.618
2018	9.911.036	2.487.056
2019	1.321.450	454.244
2020	454.244	454.245
2021	<u>320.391</u>	<u>320.290</u>
Total	<u>41.619.788</u>	<u>66.707.840</u>

Garantias

Abaixo são demonstradas as garantias oferecidas pela Companhia por modalidades de empréstimos:

Modalidade	Garantia
Capital de giro	Aval Quatroefe e duplicatas (30%)
Finame	Garantidos pelos equipamentos

16 Debêntures a pagar

	2016	2015
Debêntures a pagar (passivo circulante)	14.516.326	33.073.672
(-) Custo de transação a incorrer	<u>(1.132.260)</u>	<u>(805.401)</u>
Total	<u>13.384.066</u>	<u>32.268.271</u>
Debêntures a pagar (passivo não circulante)	105.392.217	112.000.000
(-) Custo de transação a incorrer	<u>(3.694.141)</u>	<u>(3.714.531)</u>
Total	<u>101.698.076</u>	<u>108.285.469</u>
Total das Debentures a pagar	<u>115.082.142</u>	<u>140.553.740</u>

Em 16 de setembro de 2014, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476. O valor unitário das debêntures é de R\$10.000, totalizando R\$134.000.000, feita com uma sindicalização de Bancos composta pelo Banco do Brasil, Banco Votorantim, Banco Bradesco e Banco Itaú, cujo mandatário foi o Banco do Brasil.

A Emissão de debentures no valor de R\$ 134.000.000,00 (cento e trinta e quatro milhões de reais), possui prazo para pagamento com carência de 18 (dezoito) meses e 66 (sessenta e seis) meses para amortização. Esses recursos agregados ao saldo anterior, ao aporte de capital dos acionistas e geração de caixa da Companhia foram integralmente utilizados na nova planta industrial.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP, acrescidos de um spread equivalente a 4% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes no contrato de emissão de debentures como segue:

- Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária previstas na Escritura de Emissão e/ou em qualquer Instrumento de Garantia relacionada às Debêntures, não sanado na respectiva data de vencimento;
- Decretação de falência da Emissora e Quatroefe, pedido de autofalência pela Emissora, pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal, pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- Extinção, liquidação ou dissolução da Emissora;
- Manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao PIS/PASEP, COFINS e FGTS;
- Enviar periodicamente aos Debenturistas, balanços, balancetes, informações sobre a Companhia;
- Ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora realize qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso (i) o Projeto não tenha entrado em operação; (ii) a Emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e nos Instrumentos de Garantia, incluindo mas não se limitando ao *Covenant* Financeiro (conforme abaixo definido) e, (iii) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, não observe o mínimo 1,2;
- O valor total do endividamento financeiro líquido da Companhia, em relação ao EBITDA anual não poderá ultrapassar os seguintes limites: em 2014 de 4,0x, em 2015 de 3,5x e de 2016 a 2019 de 3x;
- A Companhia não poderá ter declarado antecipado nenhuma dívida ou obrigação com valor igual ou superior à R\$ 5.000.000;
- A Companhia não poderá fazer alteração do objeto social que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticada e nem ter ocorrência de qualquer alteração no controle acionário direto ou indireto, sem a prévia e expressa anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente para esse fim;

- A Companhia não poderá emitir títulos ou valores mobiliários representativos de dívida; e
- Serão passíveis de penalidades por parte dos debenturistas: Se a Companhia efetuar investimentos em outras sociedades, emitir debêntures conversíveis em ações, celebrar ou amortizar contratos e mútuos, fazer cisão, fusão ou incorporação de ações, fazer redução de capital social, vender, locar ou ceder totalidade ou parte dos ativos, ter protestos de títulos com valor superior a R\$1.000.000 (um milhão de reais) e transformação de sociedade anônima para sociedade limitada.

A Companhia obteve junto aos debenturistas, em assembleia geral dos titulares das debentures, realizada em 15 de julho de 2016, uma carência adicional para o pagamento da amortização das debentures da seguinte forma :

- De 15/08/2016 a 15/07/2017 estão sendo amortizados 10% do valor mensal inicialmente contratado, passando de R\$ 2.000.620,00 para R\$ 200.062,00 mensais; e
- A partir de 15/08/2017 a amortização passará a R\$ 2.440.140,00 mensais, de modo a compensar o período de amortização reduzida, mantendo o prazo final do contrato inalterado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atende a todas as suas cláusulas contratuais restritivas.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 95.519.401 (idêntico em 2015), dividido em 164.875.209 ações ordinárias (idêntico em 2015), todas nominativas, sem valor nominal, não conversíveis para qualquer outra forma.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será deliberada segundo a proposta dos órgãos da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações financeiras conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 08.

Dividendos

De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	27.401.396	10.614.292
(-) Constituição de reserva legal - 5%	<u>(1.370.070)</u>	<u>(530.715)</u>
(=) Lucro líquido ajustado	26.031.326	10.083.577
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	20,00%	20,00%
Dividendo mínimo obrigatório - 20%	5.206.266	2.016.715
(-) Juros sobre capital próprio, líquido IRRF	<u>(663.415)</u>	<u>-</u>
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	<u><u>4.542.851</u></u>	<u><u>2.016.715</u></u>

18 Receita operacional líquida

	2016	2015
Receita bruta fiscal	359.341.518	260.259.530
Menos:		
Impostos sobre vendas	(92.891.661)	(64.424.429)
Devoluções e abatimentos	<u>(1.838.082)</u>	<u>(4.678.794)</u>
Total	<u><u>264.611.775</u></u>	<u><u>191.156.307</u></u>

19 Custo dos produtos vendidos

	2016	2015
Combustíveis/energéticos	57.659.011	48.597.833
Matérias primas	65.771.488	26.376.501
Mão de obra e encargos	22.609.102	18.989.041
Depreciações	11.706.303	11.666.993
Materiais de manutenção	4.725.947	3.853.352
Materiais de embalagens	4.680.256	5.606.167
Alimentação ao trabalhador	2.585.795	2.126.855
Assistência médica	1.469.275	1.247.033
Materiais auxiliares	6.240.490	4.106.426
Prestação de serviços	1.531.573	2.029.054
Materiais de uso e consumo	728.926	711.353
Materiais de segurança	249.093	243.927
Seguro de vida em grupo	71.344	55.451
Outros custos	<u>923.588</u>	<u>808.003</u>
Total	<u><u>180.952.191</u></u>	<u><u>126.417.989</u></u>

20 Despesas administrativas e gerais

	2016	2015
Despesas com pessoal	4.626.986	3.990.399
Benefícios sociais	1.422.572	1.292.553
Serviços de terceiros	740.434	754.968
Consumo de materiais	657.889	822.383
Energia elétrica	214.068	120.610
Despesas tributárias	344.707	51.899
Despesas com comunicações	54.605	60.775
Viagens e representações	72.851	64.065
Depreciação e amortização	130.265	177.713
Despesas indedutíveis	17.698	16.691
Outras despesas	486.702	455.387
	<u>8.768.777</u>	<u>7.807.443</u>
Total	<u>8.768.777</u>	<u>7.807.443</u>

21 Despesas financeiras e receitas financeiras

	2016	2015
Receitas financeiras		
Receitas sobre aplicações financeiras	2.010.920	552.352
Ganhos com derivativos - <i>NDF's</i> (nota 23)	-	7.781.258
Ganhos com derivativos - <i>Swap</i> (nota 23)	-	1.893.799
Ajuste a valor presente fornecedores	-	169.167
Variação cambial positiva	2.857.357	353.717
Outros	422.703	302.447
	<u>5.290.980</u>	<u>11.052.740</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(28.081.971)	(36.482.580)
Variação cambial negativa	(329.857)	(10.630.228)
Descontos concedidos	(93.042)	(2.700.676)
Perdas com derivativos - <i>NDF's</i> (nota 23)	(11.705.993)	-
Perdas com derivativos - <i>Swap</i> (nota 23)	(2.068.735)	(1.190.508)
Ajuste a valor presente clientes	(772.419)	(1.181.248)
Ajuste a valor presente fornecedores	(169.167)	-
Despesas bancárias	(163.915)	(69.500)
Despesas com cobrança	(26.601)	(12.593)
Juros/multa de mora	(4.953)	(289.858)
	<u>(43.416.653)</u>	<u>(52.557.191)</u>
Financeiras líquidas	<u>(38.125.673)</u>	<u>(41.504.451)</u>

22 Contingências

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras demandas administrativas e judiciais sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer em face de eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificam essas demandas como de provável ou possível êxito.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) à opinião dos assessores jurídicos da Companhia, à natureza dos processos e à experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	2016	2015
Cíveis	1.078.414	-
Trabalhistas	<u>323.947</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.402.361</u>	<u>-</u>

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 151.933 em 2016 (R\$ 1.590.193 em 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

23 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2016		
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	34.009.578	34.009.578
Contas a receber de clientes	81.948.944	81.948.944
Outros créditos	<u>2.808.818</u>	<u>2.808.818</u>
Total	<u>118.767.340</u>	<u>118.767.340</u>
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Fornecedores e outras contas a pagar	17.551.512	17.551.512
Empréstimos e financiamentos	41.619.788	41.619.788
Debêntures a pagar	<u>115.082.142</u>	<u>115.082.142</u>
Total	<u>174.253.442</u>	<u>174.253.442</u>

31 de dezembro de 2015	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	18.993.798	18.993.798
Contas a receber de clientes	67.232.655	67.232.655
Outros créditos	<u>2.923.287</u>	<u>2.923.287</u>
Total	<u>89.149.740</u>	<u>89.149.740</u>
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Fornecedores e outras contas a pagar	17.211.448	17.211.448
Empréstimos e financiamentos	66.707.840	66.707.840
Debêntures a pagar	<u>140.553.740</u>	<u>140.553.740</u>
Total	<u>224.240.106</u>	<u>224.240.106</u>

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar possuem o valor justo que se aproximam do valor justo. Os contratos de *swap* são atualizados ao seu valor futuro, com base nas taxas e índices contratados, e descontados ao seu valor presente pelas taxas de Mercado divulgadas por fontes externas (BM&FBovespa), pelo prazo a decorrer.

Em nenhum ano, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco de moeda
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes aos endividamentos são discutidas e aprovadas em reuniões mensais do conselho de administração. As demais estratégias tomadas são apresentadas na Assembleia de acionistas que tomam ciência das decisões tomadas. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção e nas estratégias de comercialização.

As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelo conselho de administração e diretoria.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A Companhia não exige garantias com relação à Contas a receber e outros recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2016, os clientes mais relevantes da Companhia, representado por 5 clientes, são responsáveis por R\$ 72.527.220 do saldo contábil de Contas a receber de clientes, o que representa 86% do saldo total do seu contas a receber.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	2016	2015
Caixa e bancos	8	9.487.238	18.767.850
Aplicações financeiras	8	24.522.340	225.948
Contas a receber no país	9	<u>81.948.944</u>	<u>67.232.655</u>
Total		<u><u>115.958.522</u></u>	<u><u>86.226.453</u></u>

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um longo período, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Em 31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	17.104.290	17.104.290	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	41.619.788	29.612.667	9.911.036	2.096.085	-
Debêntures a pagar	115.082.142	13.384.066	29.281.680	72.416.396	-
Outras contas a pagar	447.222	447.222	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015					
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	16.978.526	16.978.526	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	66.707.840	45.881.387	17.110.618	3.395.545	320.290
Debêntures a pagar	140.553.740	32.268.271	46.776.703	46.776.703	14.732.063
Outras contas a pagar	232.922	232.922	-	-	-

(iii) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Os ativos e passivos expostos a variações das taxas de juros são os seguintes:

	Nota	2016	2015
Aplicações financeiras	8	24.522.340	225.948
Empréstimos e financiamentos e Debêntures a pagar	15 e 16	<u>(156.701.930)</u>	<u>(207.261.580)</u>
Déficit apurado		<u><u>(132.179.590)</u></u>	<u><u>(207.035.632)</u></u>

Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variação cambial e de taxas de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2016.

Desta forma o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

	Cenário I		Cenário II				Cenário III			
	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo
Empréstimos e Financiamentos										
Finame (TJLP)	6,00%	2.549.294	7,50%	191.197	4,50%	114.718	9,00%	229.437	3,00%	76.479
Capital de giro (CDI)	12,00%	64.158.546	15,00%	9.623.782	9,00%	5.774.269	18,00%	11.548.538	6,00%	3.849.513
Debêntures	17,00%	145.073.672	21,25%	<u>30.828.155</u>	12,75%	<u>18.496.893</u>	25,50%	<u>36.993.786</u>	8,50%	<u>12.331.262</u>
Efeito Líquido				<u>40.643.134</u>		<u>24.385.880</u>		<u>48.771.761</u>		<u>16.257.254</u>

(iv) Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia contratou operações relativas a instrumentos financeiros como *hedge* para tais fins.

(v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

	2016	2015
Total do passivo	219.215.100	249.626.158
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(34.009.578)</u>	<u>(18.993.798)</u>
Dívida líquida (A)	<u><u>185.205.522</u></u>	<u><u>230.632.360</u></u>
Total do patrimônio líquido (B)	147.957.684	125.099.139
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	1,25	1,84

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à captação de empréstimos em moeda estrangeira. Com o objetivo de mitigar este risco, a Companhia adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos empréstimos em moeda estrangeira.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

Derivativos	Compra/Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (US\$)	Valor justo (R\$)
Termo	Comprado	CETIP	NDF	10/03/2017	185.624	106.548
Termo	Comprado	CETIP	NDF	12/06/2017	183.132	106.395
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/09/2017	178.578	106.712
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/12/2017	174.668	108.441
Termo	Comprado	CETIP	NDF	12/03/2018	170.576	110.009
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/05/2018	165.516	109.377
Termo	Comprado	CETIP	NDF	10/03/2017	64.065	38.301
Termo	Comprado	CETIP	NDF	12/06/2017	63.207	38.384
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/09/2017	61.638	38.611
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/12/2017	60.291	39.177
Termo	Comprado	CETIP	NDF	12/03/2018	58.943	39.904
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/05/2018	57.138	39.689
Termo	Comprado	CETIP	NDF	17/01/2017	369.137	534.005
Termo	Comprado	CETIP	NDF	13/07/2017	353.904	556.550
Termo	Comprado	CETIP	NDF	09/01/2018	340.312	596.323
Termo	Comprado	CETIP	NDF	17/05/2017	1.338.477	828.767
Termo	Comprado	CETIP	NDF	17/01/2017	282.098	83.923
Termo	Comprado	CETIP	NDF	17/04/2017	277.700	84.206
Termo	Comprado	CETIP	NDF	17/07/2017	273.760	84.800
Termo	Comprado	CETIP	NDF	13/10/2017	269.178	88.069
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/01/2018	265.330	91.856
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/04/2018	261.207	94.686
					5.454.479	3.924.735
Passivo circulante						(2.842.890)
Passivo não circulante						1.081.845

Os acionistas aprovaram a contratação de contrato de *swap*, com o mesmo prazo de duração dos contratos de empréstimos com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia designou os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

Derivativo	Nocional	Ponta ativa % a.a.	Ponta passiva % a.a.	Mercado	Vencimento	31/12/2016
Swap	11.700.000	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	17/10/2017	1.365.444
Passivo circulante						1.365.444

Impacto no resultado

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado do exercício. Desta forma, os impactos contabilizados no resultado foram de:

Derivativo	Mercado	Risco	Referência	2016
NDF	CETIP	Dólar	(nota 21)	(11.705.993)
Swap	CETIP	CDI	(nota 21)	<u>(2.068.735)</u>
				(13.774.728)
				<u>4.683.408</u>
				<u>(9.091.320)</u>

24 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.

b. Ativo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 3.918.984 (R\$ 22.044.479 em 2015), dos quais R\$ 640.784 (R\$ 2.355.562 em 2015) encontram-se em aberto na rubrica de fornecedores, não afetando o caixa da Companhia. Pagamentos em caixa de R\$ 3.278.200 (R\$ 19.688.917 em 2015) foram feitos para aquisição de imobilizado.

25 Aspectos ambientais

As instalações da Companhia são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.